

ENSAIO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS COMUNIDADES LOCAIS E O SEU PATRIMÓNIO CULTURAL - A COMUNIDADE DE CASTRO LABOREIRO COMO ESTUDO DE CASO

Diana Alexandra Simões Carvalho

Mestranda no 2º ano de História e Património da Faculdade de Letras da
Universidade do Porto
dianacarvalho.pt@gmail.com



Ensaio sobre a relação entre as comunidades locais e o seu Património Cultural - A Comunidade de Castro Laboreiro como estudo de caso

Diana Alexandra Simões Carvalho

Historial do artigo:

Recebido a 26 de abril de 2017

Revisto a 10 de maio de 2017

Aceite a 11 de maio de 2017

RESUMO

Pretende compreender-se de que forma é que as comunidades são integradas nos processos oficiais e legais de seleção patrimonial e de que forma lidam com a noção de Património que é de todos, mas que acima de tudo, é local. Deste modo conhecendo as formas de mediação cultural que atualmente se praticam na transmissão de conhecimentos e perpetuação cultural. A estratégia de divulgação cultural abordada é a relação do turismo cultural com as comunidades locais, de forma a compreender de que forma é que o turismo contribui para a sustentabilidade e continuidade cultural da comunidade local. Também se pretende conhecer a ligação emocional e intelectual das comunidades locais ao seu património material e imaterial, e qual a importância e função desse património para as comunidades na atualidade, através do caso prático da comunidade de Castro Laboreiro.

Palavras-chave: Património Cultural, Comunidade Local, Castro Laboreiro

ABSTRACT

The aim is to understand how it is that communities are integrated in the official and legal processes of asset selection and how they deal with the notion of heritage that belongs to everyone, but above all, it's location. Thus, knowing the forms of cultural mediation currently incurred in the transfer of knowledge and cultural perpetuation. The approached cultural dissemination strategy is the cultural tourism relationship with local communities to understand how it is that tourism contributes to the sustainability and cultural continuity of the local community. To know the emotional and intellectual connection of local communities to their tangible and intangible heritage, and the importance and function of this heritage to communities today, it was through practical case of the Castro Laboreiro community.

Key-Words: Cultural Heritage, Local Communities, Castro Laboreiro

1. Duas faces do Património

“Património Cultural” surge como conceito conciliatório entre a dicotomia ‘material’ e ‘imaterial’ porque o conceito singular de ‘património imaterial’ tornou-se conturbado, tendo por base uma definição oficial que encerra contradições no sentido da sua “salvaguarda”. Os debates internacionais em torno do conceito de património intangível discutem a metodologia da UNESCO relativamente às suas regras de proteção do património imaterial. Determinou-se que a forma de o proteger é aplicando as mesmas regras que são utilizadas para preservação/conservação do património material, como por exemplo, a inventariação. Todavia, mesmo para o património material, a inventariação não é suficiente: requer outras técnicas e uma articulação com as manifestações imateriais. A UNESCO proclamou que o património imaterial “moribundo”, ou seja, património à beira de uma rutura ou em risco de desaparecimento, responde aos critérios para ser listado e classificado, o que não só é limitativo como também é contraditório, pois se uma determinada prática se extingue numa determinada sociedade é porque já não constitui um objeto fundamental para a sua continuidade cultural, podendo dar lugar a uma nova “invenção”(HOBBSAWM, 2006) que perpetuará a construção cultural dessa mesma sociedade. Segundo Alice Duarte (2009), a solução reside, em parte, na reformulação deste conceito, dado que as suas linhas de orientação acerca da conservação estão tendencialmente entregues a profissionais e pouco orientadas para os direitos das comunidades. Por conseguinte, tratar o património cultural imaterial ao nível oficial não é suficiente, porque é a dinâmica da construção cultural, conferida ao longo das várias gerações, que fomenta a sua continuidade. A reconceptualização proposta deverá contemplar a participação ativa das comunidades locais, tendo em vista, se pertinente, a perpetuação das tradições.

Uma das formas que permite a integração das comunidades no poder de decisão, relativamente ao seu património, é a sua formação cultural. Vários autores subscreveram a esta opção, entre eles Sílvia Zanirato (2006) e Hugues de Varine (2012). Não havendo esse investimento nas comunidades de uma maior capacidade de produção cultural, dificilmente haverá cooperação e entendimento entre os pelouros da cultura e as suas comunidades. A unidade e harmonia que se pretende entre política, cultura e sociedade, através dos trâmites oficiais, torna-se difícil de consolidar.

Outra faceta do Património imaterial a ser reestruturada é o local onde é albergado, como por exemplo, o museu. A atualização dos museus é imperativa para uma melhorada inclusão e divulgação do Património imaterial, não se cingindo apenas à sua explicação, mas alargando a sua projeção a demonstrações através da integração de membros das comunidades locais ou de eventos com elas concertados.

O património cultural imaterial é um ato dinâmico, capaz de se autorrenovar ao longo das gerações, pelo processo permanente de negociação de valores entre os membros da comunidade, em prole da manutenção e fortalecimento de laços culturais. Enquanto não se abolir a dicotomia material e imaterial, que impede que este conceito atinja a sua plenitude, não é possível compreender, ou evoluir, no sentido contrário ao da perda, ou seja, o da riqueza produzida por um património cultural, unificado nas suas vertentes (DUARTE, 2009). Enquanto conceito, o património cultural deve ser compreendido como abrangendo duas dimensões, contemplando de forma intrínseca as suas expressões materiais ou imateriais. Enquanto produto deve ser autenticado e respeitado na sua renovação e negociação naturais, em todas

as gerações. É sobretudo necessário apreendê-lo como um processo composto por um conjunto de processos e por isso, não se pode definir e cristalizar num dado momento, pois o património cultural é uma construção social e cultural composta por produtos, práticas e significados ao longo e de várias gerações, sendo a sua construção um processo ativo e dinâmico no tempo e no espaço, dependente de acrescentos e novidades (VARINE, 2012). É, portanto, uma condição, uma herança, material e imaterial, composta por um conjunto de referentes humanos de uma determinada sociedade ou comunidade (SMITH, 2006).

Por isso, é fundamental alargar o diálogo entre todos os intervenientes, travar conhecimentos íntimos com as comunidades praticantes e produtoras das heranças culturais, recrutar o público e integrar os hábitos das pessoas nestes espaços de construção de memórias (DUARTE, 2009).

2. Relação as comunidades locais e o seu Património Cultural

2.1. Os fenómenos coletivos da memória, identidade e património

Memória, identidade e património, interrelacionam-se no momento de seleção e produção cultural, proporcionando uma contínua consciência e narrativa, temporal e cultural, e uma permanente materialização em objetos, sítios e construções (PERALTA e ANICO, 2006).

No entanto, a memória dá o principal contributo para a manutenção do passado, e possibilita a sua renovação e evolução, através da sua natureza seletiva (SMITH, 2006), pois nem todos os factos ficam registados, apenas os mais relevantes e determinantes, resultando numa organização intelectual e emocional dos fatores que geram unidade e coerência, ou seja, identidade (TORRICO, 2006). A noção de património cultural está vinculada à recordação uma vez que existe em função da relação com as identidades culturais. Esquemmatizando esta conceção obtemos: Ato de comunicação -> gera uma partilha de memórias -> criando uma unidade, coerência e estabilidade -> que, por sua vez geram uma identidade de grupo (SMITH, 2006).

A identidade cultural faz-se com a memória individual e coletiva a partir do momento em que nos predispomos a preservar e a divulgar as nossas ideias e bens culturais, dando-se início a uma construção cultural, a um compromisso com o outro, com o todo da comunidade, segundo critérios de identificação (TORRICO, 2006; BRITO, 2006).

Ao contemplar o património cultural como algo que vem do passado, se experimenta no presente e se transmite às gerações do futuro, admitimos que o património é historicamente construído e conjuga sentimentos de pertença dos indivíduos, entre um ou mais grupos, sentimento esse que acaba por assegurar uma identidade cultural (SMITH, 2006; BRITO, 2006; TORRICO, 2006).

2.2. Autenticidade, Espírito do Lugar e Paisagem Cultural

A comunidade local deve ser preservada enquanto entidade estrutural da autenticidade e espírito do lugar, uma vez que a paisagem que a rodeia é simultaneamente um modelo, e é modelada pela existência da sua comunidade: “Not only are landscapes inevitably physically shaped or altered by human cultural practices – and in that sense ‘cultural’, but they are also

‘cultural’ in the sense that the way they are conceived and understood dictates how they are managed and used” (Smith, 2006: 78). A comunidade funciona como alimento do espírito do lugar, porque só a comunidade mantém vivas as suas práticas que a identificam e a diferenciam. Ou seja, a autenticidade acontece, existe, sente-se durante o ato da produção cultural.

2.3. Educação patrimonial, formal e não formal

Educar é dotar de conhecimentos um sujeito ou um público, através de processos de mediação que relacionam pessoas com histórias, objetos, lugares, e mesmo com outras pessoas. A educação e a formação cultural transformam as pessoas, porque combatem a ignorância. Pretende-se que as transformações produzidas pela formação sejam construtivas, permitindo que as memórias e identidades sejam perpetuadas (VARINE, 2012; ZANIRATO, 2009).

É crucial perceber que as gerações que gradualmente selecionaram o que era relevante em matéria de valor cultural, vêem-se agora confrontadas com uma noção de “património”. O património enquanto conceito não deve sobrepor noções “etic”, como a de “valor em si mesmo”, à de uma seleção cultural natural (DUARTE, 2009). Estado e as instituições que tutelam o património cultural deveriam procurar formar as comunidades, e essa formação deve ser concebida para fomentar graus de autonomia, defesa do seu próprio património no sentido da sustentabilidade. Varine (2012) e Zanirato (2009) defendem que a educação patrimonial oferece autonomia às comunidades, capacidade de defesa dos seus interesses culturais, capacidade de combate à exclusão social e altera as suas atitudes e os comportamentos. Contudo, Varine (2012) refere esta prática como um ideal, pois o Estado (educação formal) não entrega totalmente o património à sua comunidade de pertença, e não se encontra munido de estratégias educacionais, de linguagem acessível, acerca do património cultural. Poucas vezes utiliza métodos de aproximação qualitativos à sua população, e dificilmente concilia instrumentos pedagógicos com o entretenimento, utilizando uma mesma matriz transmissão de conhecimentos para todos os públicos. Deste modo não cria elos de ligação entre a comunidade local e as dinâmicas de funcionamento públicas (BABO, 2007), tornando o legado pouco atrativo e até objeto de evasão. A sua gestão pedagógica não é eficaz porque não existe uma ligação clara entre os agentes de salvaguarda do património e os mediadores, ou seja, entre o discurso formal e não-formal do património. O ensino e a aprendizagem do património cultural, devem relacionar os cinco sentidos, o intelecto e as emoções, porque o património é aquilo a que atribuímos diferentes valores, sejam estes emocionais, monetários, pessoais ou coletivos (SMITH, 2006).

O património merece a atenção de todos porque a todos pertence, porque é obrigação de todas as comunidades proteger este legado da mesma forma que lhes chegou, e porque é objeto de herança para as gerações futuras. Estas noções contribuem para o desenvolvimento local sustentável e autónomo. Conforme António Ponte (2013), “as comunidades residentes nas proximidades dos recursos culturais têm uma importância primordial, por vezes, mesmo determinante, na proteção e preservação dos recursos culturais existentes” (PONTE, 2013: 87). O património implica reconhecimento e valor, e só se pode querer amar e proteger aquilo que se conhece e reconhece, e só através da educação é possível conhecer e proteger, contrariando a destruição e a ignorância.

Actualmente são os museus as principais instituições que respondem às comunidades, também com esta função educacional, não formal. Estes têm conduzido estratégias pedagógicas multidisciplinares, mas estão dependentes de recursos humanos e materiais que lhes permitam preparem-se para o efeito, porque são espaços de depósito de bens, coleções e objetos, de

reflexão e produção de conhecimento. São responsáveis por transformar esse património e o espaço que este ocupa, em circuitos de informação, prazer e desenvolvimento de competências, através das suas formas de comunicação. É a sua gestão a responsável pela aproximação do público, através da capacidade dos seus meios técnicos e humanos, para diagnosticar os contextos e os públicos, definindo planos estratégicos, e intervindo (BABO, 2007; PONTE, 2013; FARIA, 2006).

2.4. Relação do turismo cultural com as comunidades locais

Uma das formas como o turismo contribui para a continuidade cultural das comunidades é através da sua reativação económica. Deste modo a comunidade poderá melhorar as suas condições e manter ou aumentar a sua produção cultural. Para isso, é imperativo que as políticas do turismo cultural envolvam as comunidades no processo de criação de condições de acolhimento do turismo, estudando e analisando as limitações e potencialidades do território e da população, “É essencial observar as sensibilidades de cada comunidade, analisar a sua heterogeneidade, as suas limitações de tolerância cultural e religiosa, a capacidade de carga do destino” (PONTE, 2013: 89).

Caso contrário o impacto turístico poderá saturar os recursos disponíveis e substituir práticas artesanais e tradicionais por uma indústria desses mesmos recursos, destruindo os valores e a própria natureza diferenciadora desse destino (PONTE, 2013). Conforme escreveu Alison Gill, “Nas comunidades turísticas, como em tudo o mais, a oposição local ao crescimento baseia-se num declínio detetado da qualidade de vida” (GILL, 2007: 632).

Para prevenir estes impactos negativos, os museus locais continuam a ser alvo de responsabilidades no que diz respeito à conservação dos valores locais e na moderação dos fluxos turísticos, através da auscultação e diagnóstico feito aos públicos visitantes, à comunidade de acolhimento e ao território (PONTE, 2013), ou seja, “são os habitantes locais e a sua cultura local a primeira e principal preocupação do museu – eles são, simultaneamente, o seu principal público e o principal dinamizador” (BABO, 2007: 1).

Em suma, o objetivo após a fase de estudo e planeamento é manter o equilíbrio entre o turismo e a comunidade (PONTE, 2013).

3. Metodologia aplicada à comunidade de Castro Laboreiro

O caso prático pretende responder à segunda parte da introdução deste artigo, ou seja, qual a ligação afetiva e intelectual da comunidade com o seu legado cultural.

Para isto, utilizou-se um questionário/formulário, em versão de teste a ser completado no terreno com uma entrevista informal, junto da população, mas também com projeção digital, para que todos os membros da comunidade local que se encontrem emigrados, tivessem também oportunidade de participar neste questionário. O objetivo foi recolher algumas informações que permitissem diagnosticar as emoções da população perante os seus bens culturais.

Distribuíram-se questionários com 9 perguntas, à população local. Seguem-se as questões que foram colocadas, acompanhadas de uma breve justificação da sua aplicação:

“1. Na sua memória, que momentos vividos no passado com os vizinhos e a família foram os mais marcantes? E porquê?”, esta questão foi formulada segundo a experiência social dos locais para com a sua comunidade, sabendo de antemão, que o seu universo social se desenvolve em função do parentesco e das relações de proximidade.

“2. Quais desses momentos é que já não acontecem hoje em dia? O que aconteceu?”, o objetivo desta questão era ativar o raciocínio acerca da evolução cultural da comunidade e compreender que linhas eram seguidas por cada conjunto geracional questionado.

“3. Se pudesse trazer alguns desses momentos para os dias de hoje, quais escolhia? E porquê?”, esta é uma questão que permitiu conhecer qual a intensidade da ligação emocional ao passado e aos elementos destacados.

“4. O que gosta mais de ver acontecer em Castro Laboreiro hoje em dia?”, esta pergunta visou compreender qual a noção de património cultural existente nos habitantes, através dos exemplos concretos nomeados, ou da lista de opções fornecida.

“5. Em que sítios de Castro Laboreiro mais gosta de passear, ou visitar?”, perceber se existe alguma relação emocional com o território, através do hábito e da rotina de lazer que é estabelecida.

“6. O que restaurava ou construía em Castro Laboreiro para a sua comunidade?”, com esta pergunta pretende-se diagnosticar o estado do espírito comunitário, e confirmar se as respostas anteriores são consistentes com a resposta dada a esta pergunta, pois se a noção de comunidade previamente estudada for de encontro a este estudo de caso, então a reação e as respostas às propostas feitas através deste questionário, deverão todas ir de encontro a uma preocupação coletiva.

“7. O que sente por Castro Laboreiro, enquanto território?”, aqui foi necessário explicar que me referia à paisagem deixando de parte a questão humana. O objetivo é perceber se é possível dissociar um fator de outro.

“8. O que sente pela comunidade de Castro Laboreiro?”, tem o mesmo objetivo da questão anterior, no entanto, esta é uma pergunta direta aos sentimentos da pessoa que responde enquanto parte integrante da sua comunidade.

“9. Observações/Opiniões que queira deixar”, este foi um espaço de discussão intelectual, onde se perceberam as noções cultivados perante o “património material e imaterial”, sem que fossem utilizados esses termos, na conversa. Este foi o espaço de carácter qualitativo, pois os apontamentos eram escritos no momento posterior à conversa, permitindo maior à vontade e capacidade de expressão.

Os questionários que foram acompanhados tiveram um tratamento imparcial. Por vezes derivando para conversas informais, auxiliando a pesquisa com notas de campo.

Esta mescla de metodologias de resposta, deve-se à presença de algum analfabetismo ou simplesmente por se sentir um maior conforto através da expressão oral, por via de um diálogo.

3.1. Reflexões e observações acerca dos resultados

Para compreender a forma como as comunidades são integradas nos processos oficiais e legais de seleção patrimonial e de que forma lidam com a noção de Património, foi feita através da análise dos conceitos de património cultural e património cultural imaterial, e do estudo dos seus contextos oficiais. Concluiu-se que o património cultural é, portanto, um conceito, um produto e um processo diferenciador de culturas e comunidades, uma extensão da identidade pessoal e coletiva, resultando da vontade dos atores sociais (SMITH, 2006). Todas as decisões tomadas em prole da sua utilização ou interpretação são tomadas no presente, mas fundadas em memórias do passado selecionadas. Este processo seletivo resulta numa identidade coletiva. Esses processos de formação de identidade serão sempre ideológicos e simbólicos e, por isso, sujeitos a transformações e a diferentes estratégias de mediação cultural. Subjacente a isto está o conceito de autenticidade, existente durante a produção cultural, que por sua vez, resulta no espírito do lugar, num contexto diferenciador, que só pode sê-lo enquanto estiver ativo.

A relação do turismo cultural com as comunidades locais perspetivou-se segundo alguns aspetos positivos como a reativação económica, e outros negativos, como o perigo de sobrecarregar as comunidades de acolhimento destruindo os seus recursos. Contudo, percebeu-se que o turismo cultural tem um papel fundamental enquanto estratégia de divulgação patrimonial e, bem gerido, pode ser determinante para o crescimento da comunidade local.

Relativamente ao estudo de caso, o compromisso era compreender a ligação emocional da comunidade de Castro Laboreiro com os seus bens culturais.

Segundo as respostas obtidas de cerca de 30 elementos da comunidade foi possível compreender parte da ligação emocional da comunidade local aos seus bens culturais. As respostas foram sublinhadas por um sentimento de posse, mesmo por parte de quem emigrou ou está emigrado, ou reside numa outra localidade. Caracterizaram os seus bens como indissociáveis das suas vivências sociais, naturalmente acopladas às suas expressões culturais. Notou-se que a maioria valoriza o momento de convívio, seja ele de lavoura ou de lazer, nutrindo um saudosismo pelas épocas de sazonalidade agrícola em que o esforço coletivo permitia a sobrevivência de todos fomentando boas relações. Acusam o enriquecimento económico e o aparecimento dos partidos locais como fatores de fracturação entre um Passado de valores e um Presente individualista que irá condenar a comunidade à morte. As respostas são, neste sentido, de grande dramatismo. Apontam os elementos alheios à comunidade local que aqui se estabeleceram como um dos fatores de destruição das suas tradições, por não contribuírem para a continuidade do cultivo agrícola e não serem fontes de agregação social. Dão as boas vindas aos turistas pela sua capacidade ativadora da economia e porque auxiliam a manutenção dos símbolos da freguesia, como o castelo, ou a igreja. Manifestou-se, repetidamente, uma vontade de reagrupar todos os parentes e vizinhos, retomar a rotina anual de trabalhos agrícolas, de pastoreio, bailes e casamentos, sendo uma das principais sugestões a construção de um espaço que voltasse a aproximar as pessoas, e as reconciliasse das inimizades atualmente instaladas. As palavras mais utilizadas para caracterizar a relação entre membros são de “traição”, “hipocrisia”, “falta de palavra de honra” e “falsidade”. O “status” emocional da comunidade perante si própria é depressivo, agressivo, passivo e nostálgico.

Na secção dedicada a uma opinião livre, foi colocada a questão “porque é que o elemento patrimonial a) ou b) é importante?” A resposta foi que sem determinado património, fosse o castelo, a eira, o forno, o moinho, a igreja ou as alminhas, por exemplo, não se podia saber a história da freguesia, tornando a comunidade indefinida.

Em suma, esta comunidade sente-se denegrada e condenada pela perda de habitantes, mas valoriza tudo aquilo que possa ser uma projeção das suas vivências passadas coletivas. Torna-se urgente “animar” o espírito do lugar de Castro Laboreiro, com iniciativas de aproximação e integração da comunidade que ainda subsiste, que deveriam passar pela formação cívica, por eventos de recriação etnográfica e por investimentos ambientais no território que acompanhem a mentalidade nostálgica dominante, relacionada com a agricultura e o pastoreio. Não só esta seria uma dinâmica cultural bem aceite pela comunidade local, como também fomentaria o desenvolvimento económico, autónomo e sustentável. Tendo sido possível retirar estas ilações, este questionário em fase de teste, ou se preferirmos, questionário-piloto, (que servirá para dar continuidade a outros inquéritos devidamente maturados), teve algum sucesso junto da comunidade uma vez que não existiram recusas ao seu preenchimento e foi positivamente manifesta a vontade de participar. Foi possível retirar conclusões sobre a questão que se pretendia ver respondida, bem como, analisar quais as mudanças de valores patrimoniais de geração para geração.

Para concluir, depois de todas as leituras efetuadas e da metodologia aplicada ao estudo de caso, sente-se a grande importância dada pela comunidade local ao momento de diálogo, de transmissão de conhecimentos, de mediação da sua realidade, seja por um formulário/questionário, seja por outra razão qualquer, como se esta capacidade de conversar, falar, transmitir e ouvir, fosse por si só o seu maior bem, o seu instrumento de sobrevivência e continuidade. Esta será uma situação a aferir melhor, no futuro.

BIBLIOGRAFIA

BABO, Elisa - Estruturas museológicas, desenvolvimento, envolvimento e participação local: uma aproximação a alguns casos portugueses. In **Jornadas do Departamento de Sociologia - Transpondo Fronteiras**. Évora, 2007, 9. Évora: Universidade de Évora, 2007.

DUARTE, Alice – O desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural e imaterial. **Actas do Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**. ISBN: 978-972-8932-61-9. Vol.1 (2010), p.41-61.

DUARTE, Alice - The contemporary way to protecting heritage or, the only way for heritage to serve the development of communities. **International Conference on Heritage and Sustainable Development**. ISBN 978-989-95671-3-9. Vol. 2 (2010) p. 855-864.

GILL, Alison - Turismo, Comunidades e Gestão de Crescimento. In **Compêndio de Turismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. ISBN 978-972-771-888-7. p. 631-646.

HOBBSAWM, Eric – **A Invenção das Tradições**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. ISBN 85-219-0188-7.

PERALTA, Elsa e ANICO, Marta – **Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas**. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5.

PONTE, António - O turismo cultural e as Comunidades Locais. In **O Contributo dos Museus do Norte para uma dinamização do Turismo Cultural** (Tese doutoral). Porto: FLUP, 2013. Pt.3, p.87-90.

SILVA, Augusto Santos - **Dinâmicas sociais do nosso tempo: uma perspectiva sociológica para estudantes de gestão**. 1ª ed. Porto: Universidade do Porto, 2002. ISBN 978-972-802-513-7.

SMITH, Laurajane – Heritage as a Cultural Process. In **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006. ISBN 978-0-415-31831-0. Pt.1, p.44-84.

TORRICO, Juan Agudo – Patrimónios e discursos identitários. In **Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas**. Oeiras: Celta Editora, 2006. ISBN 972-774-233-5. Pt.1, p.21-34.

VARINE, Hugues de - **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre: Medianeiz, 2012. ISBN: 978-85-64713-03-1.

ZANIRATO, Silvia – Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do património cultural na cidade histórica. **Patrimônio e Memória**. ISSN-1808-1967. Vol.2, nº2 (2006) p.78-97.

ZANIRATO, Silvia – Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. **Patrimônio e Memória**. ISSN-1808-1967. Vol.5, nº1 (2009) p.137-152.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Legislação**. [em linha]. Lisboa: INCM, SA. [Consult. 20 Abr. 2016] Disponível em [WWW:<URL: https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2001/09/209A00/58085829.PDF>](https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2001/09/209A00/58085829.PDF).

DGPC. **Legislação**. [em linha]. Lisboa: Governo da República Portuguesa. [Consult. 29 Abr. 2016] Disponível em WWW:<URL: http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/legislacao/DL309_2009.pdf>.

REPOSITÓRIO ABERTO DA UNIVERSIDADE DO PORTO - **Estruturas museológicas, desenvolvimento, envolvimento e participação local: uma aproximação a alguns casos portugueses**. [em linha]. Porto: Uporto. [Consult. 13 Jan. 2017] Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/10216/53658>>.

UNESCO. **Criteria**. [em linha]. França: United Nations. [Consult. 15 Abr. 2016] Disponível em WWW:<URL: <http://whc.UNESCO.org/en/criteria>>.

UNESCO. **Lists**. [em linha]. França: United Nations. [Consult. 15 Abr. 2016] Disponível em WWW:<URL: <http://whc.UNESCO.org/en/list/stat>>.